



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
TERMINAIS DE LÍQUIDOS

Clipping Diário

QUARTA-FEIRA 07.01.26



Adiamento da assinatura do Acordo Mercosul-UE frustra indústria, avalia CNI

PLATAFORMA: REVISTA PORTUÁRIA | CADERNO: ONLINE | 07.01.26

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) demonstra preocupação com o recuo na assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia, após mais de 25 anos de negociações, mas acredita que ainda há espaço para diálogo e espera que as condições políticas necessárias para a assinatura sejam construídas até o início do próximo ano. A expectativa era de que o tratado fosse formalizado neste sábado (20), durante a 67ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, mas a ausência de consenso entre os países europeus adiou a conclusão de um acordo considerado estratégico para a economia dos países envolvidos.

Com benefícios a ambos os blocos, o texto negociado reflete um equilíbrio relevante entre interesses econômicos, sociais e ambientais e permanece como uma base sólida para a conclusão do processo. Para a indústria brasileira, a entrada em vigor do acordo representa uma oportunidade de ampliar a inserção internacional do país, atrair investimentos, estimular ganhos de produtividade e fortalecer a competitividade. Só em 2024, a cada R\$ 1 bilhão exportado do Brasil para a UE foram criados 21,8 mil empregos, movimentados R\$ 441,7 milhões em massa salarial e outros R\$ 3,2 bilhões em produção.

“Adiar a assinatura do acordo neste momento é motivo de frustração, especialmente diante do longo histórico de negociações, mas esperamos que o empenho em firmar essa parceria seja mantido para que o processo seja concluído o quanto antes, em benefício de uma integração econômica do Mercosul com a União Europeia”, avalia o presidente da CNI, Ricardo Alban.

A CNI atua de forma contínua e estratégica em defesa do acordo, especialmente por meio da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), que reúne entidades representativas de diversos setores da economia e tem contribuído para a construção de consensos e propostas equilibradas.

É preciso manter agenda ativa de inserção internacional

Diante do adiamento, a CNI destaca a importância de o Brasil seguir avançando na agenda de inserção internacional, tanto com a UE quanto com outros parceiros estratégicos. A celebração de acordos comerciais continua sendo um instrumento fundamental para ampliar exportações, reduzir barreiras, aumentar a previsibilidade regulatória e fortalecer a competitividade das empresas brasileiras.

Nesse cenário, ganham ainda mais relevância as negociações em andamento com países como Canadá e México e o lançamento de negociações com parceiros da América Central e o Reino Unido, além do aprimoramento de acordos já existentes. Para a indústria, é essencial que o Brasil adote uma estratégia pragmática e consistente de diversificação de mercados, ampliando sua participação no comércio internacional e reduzindo vulnerabilidades externas.

Acordo é importante para previsibilidade e investimentos

Além dos benefícios comerciais, o acordo Mercosul-UE estabelece regras modernas em áreas como desenvolvimento sustentável, propriedade intelectual, facilitação de comércio e normas sanitárias, contribuindo para um ambiente de negócios mais previsível e alinhado às melhores práticas internacionais. O documento prevê, ainda, oferta de cooperação científica e tecnológica da UE para os países do Mercosul que pode se traduzir em projetos conjuntos de P&D em áreas de fronteira, como tecnologias de captura de carbono, uso industrial de CO₂, reciclagem e reuso de baterias e minerais críticos.

A União Europeia é o principal investidor estrangeiro no Brasil, respondendo por 31,6% do estoque de investimento produtivo externo em 2023, o equivalente a US\$ 321,4 bilhões. Já o Brasil é o maior investidor latino-americano no bloco. Esse vínculo reforça a importância de concluir o acordo e aprofundar uma relação econômica sólida e madura.

Parceria Brasil-União Europeia permanece estratégica

Em 2024, o bloco da União Europeia respondeu por 14,3% das exportações brasileiras (US\$ 48,2 bilhões) e por 17,9% das importações (US\$ 47,2 bilhões), se consolidando como o segundo principal parceiro comercial do país.

A indústria é um pilar central dessa relação. Em 2024, 98,4% das importações brasileiras vindas da UE foram de produtos da indústria de transformação, essenciais para o acesso a insumos, tecnologias e bens de maior valor agregado. Nas exportações brasileiras ao bloco, 46,3% foram bens industriais. Apesar de ser uma participação relevante, a indústria de transformação vem perdendo espaço nas exportações brasileiras para o bloco europeu, cenário que pode ser revertido com o acordo.

O Banco Central (BC) apresentou recurso contra a decisão monocrática do ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), que autorizou a realização de uma inspeção em documentos relacionados ao caso Master nas dependências da autoridade monetária.

No pedido, o BC solicita que o tema seja apreciado pela Primeira Câmara do TCU, e não apenas de forma individual pelo relator. A avaliação interna do órgão é de que a decisão de Jhonatan de Jesus não conta com o respaldo da maioria dos ministros que compõem o colegiado.

No despacho, o Banco Central argumenta que não há menção, na decisão do ministro, a uma deliberação formal da Primeira Câmara determinando a inspeção. Segundo o órgão, essa omissão precisa ser esclarecida para garantir a regularidade do procedimento.

“Tendo em vista que não há, na decisão monocrática proferida por Vossa Excelência, indicação de deliberação da Primeira Câmara do TCU determinando a realização de inspeção no BCB, serve-se esta Autarquia dos presentes embargos de declaração para solicitar que tal omissão seja sanada”, afirma o BC no documento.

A Primeira Câmara do TCU é formada pelos ministros Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Jhonatan de Jesus, Augusto Sherman Cavalcanti, Weder de Oliveira e Walton Alencar Rodrigues, que preside o colegiado.

Internamente, o Banco Central interpreta a atuação do TCU como parte de uma pressão política para tentar reverter a liquidação do Master. Paralelamente, o caso também é alvo de apuração no Supremo Tribunal Federal (STF), sob condução do ministro Dias Toffoli, o que amplia o embate institucional em torno do tema.

ANTAQ institui Programa de Qualidade Regulatória

PLATAFORMA: AGÊNCIA INFRA | CADERNO: ONLINE | 07.01.26

A diretoria colegiada da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) aprovou o Programa de Qualidade Regulatória e o seu instrumento de execução, o Plano Anual de Governança Regulatória. As decisões passam a orientar, de forma estruturada, o desenvolvimento da regulação da agência.

O Programa de Qualidade Regulatória funciona como um guia para o fortalecimento da maturidade regulatória, explica a agência. Um dos principais instrumentos é o IQR (Índice de Qualidade Regulatória), composto por 60 indicadores. Em 2025, a aplicação piloto conduzida pela área técnica apurou um IQR de 0,69, o que posiciona a ANTAQ no nível “Avançado” de maturidade regulatória. O diagnóstico permitiu identificar pontos fortes da atuação da reguladora e oportunidades de melhoria, que fundamentaram as ações previstas no plano para 2026.

As avaliações estão organizadas em cinco eixos: planejamento e gestão do ciclo regulatório; análise e avaliação regulatória; processo normativo e gestão do estoque; participação social e transparência; e inovação e cultura regulatória.

Para 2026, o Plano Anual de Governança Regulatória prevê entregas voltadas ao fortalecimento da segurança jurídica do setor aquaviário, como a elaboração do Manual de AIR (Análise de Impacto Regulatório) e dos instrumentos de Monitoramento e ARR (Avaliação de Resultado Regulatório), com conclusão prevista para março.

Governo lança edital de dragagem da Hidrovia do Rio Madeira

PLATAFORMA: AGÊNCIA INFRA | CADERNO: ONLINE | 07.01.26

O governo federal publicou o edital de licitação para a dragagem de manutenção da Hidrovia do Rio Madeira, uma das principais rotas logísticas da região Norte. A contratação prevê a execução do Padma (Plano Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária) e integra os investimentos do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A ação é coordenada pelo MPor (Ministério de Portos e Aeroportos), com execução técnica do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

A abertura das propostas está marcada para 15 de janeiro de 2026, às 15h, por meio da plataforma Compras.gov.br e do PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas). O objetivo é garantir melhores condições de navegabilidade ao longo do ano, especialmente em períodos de seca, assegurando o transporte de cargas, o abastecimento de cidades e comunidades ribeirinhas e a circulação de pessoas na região.

Os serviços de dragagem devem se concentrar em trechos estratégicos da hidrovia, principalmente na área de Porto Velho (RO), incluindo o Furo Canal dos Anjos e o segmento entre a BR-230 e a foz do Rio Madeira. A intervenção busca evitar o acúmulo de sedimentos no leito do rio, reduzir riscos operacionais e aumentar a previsibilidade das viagens.

Sudeste teve R\$ 6,6 bilhões do FMM para obras em 2025

PLATAFORMA: A TRIBUNAA | CADERNO: ONLINE | 07.01.26

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) destinou cerca de R\$ 6,6 bilhões em recursos para projetos na região Sudeste em 2025, informou o governo federal. Foram 118 obras aprovadas, que abrangem iniciativas de construção naval, modernização e ampliação de estaleiros, infraestrutura aquaviária, além de docagem e reparo de embarcações de apoio marítimo, portuário e de cabotagem.

O estado do Rio de Janeiro lidera o volume de recursos na região, com R\$ 5,5 bilhões, distribuídos em 91 obras, e previsão de geração de cerca de 9.910 empregos diretos. Entre os destaques está o projeto da Cedro Participações S.A., voltado à construção do Terminal de Uso Privado (TEP), com investimento de R\$ 3,5 bilhões em infraestrutura aquaviária.

Já São Paulo concentra R\$ 1,1 bilhão em investimentos do FMM, com 27 obras aprovadas e expectativa de geração de 6.570 empregos diretos. O principal destaque é a Wilson Sons Serviços Marítimos LTDA, responsável por projetos de construção e docagem de embarcações de apoio portuário, que somam mais de R\$ 1 bilhão em recursos priorizados. As iniciativas têm como objetivo melhorar a capacidade logística e operacional dos portos paulistas.

Aprovação

Os recursos de R\$ 6,6 bilhões para a região Sudeste foram aprovados durante a 59ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), realizada em julho do ano passado.

Já foram priorizados quase R\$ 70 bilhões em projetos navais pelo FMM, valor três vezes superior ao total aprovado durante os quatro anos da gestão anterior (2019 a 2022), que somou cerca de R\$ 23 bilhões.

Mesmo com tarifaço, País tem recorde de exportações em 2025

PLATAFORMA: A TRIBUNA | CADERNO: ONLINE | 07.01.26

Superávit comercial, porém, caiu 7, 9%, para US\$ 68, 3 bilhões; alta das vendas para a China e a Argentina ajudaram a atenuar queda para os EUA

Em 2025, ano em que o comércio internacional foi abalado pelas tarifas impostas pelo presidente americano, Donald Trump, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 68, 3 bilhões, saldo 7, 9% menor do que o de 2024. A queda foi maior do que o recuo de 6, 6% nas vendas brasileiras para os Estados Unidos. No ano, porém, as exportações brasileiras somaram US\$ 348, 7 bilhões – maior patamar já registrado – e as importações, US\$ 280, 4 bilhões. Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/Mdic), que projeta um aumento no superávit neste ano, para algo entre US\$ 70 bilhões e US\$ 90 bilhões.

O resultado da balança deste ano ficou atrás de 2023 e 2024, Mas, graças ao aumento de 6, 6% nas vendas para a China e de 31, 4% para a Argentina, foi melhor do que o esperado pelas Projeções Broadcast, de superávit de US\$65 bilhões. Ficou acima também da projeção mais recente do Mdic, de US\$ 60, 9 bilhões.

No entanto, com o avanço das exportações e das importações, a corrente de comércio do Brasil somou US\$ 629 bilhões, maior valor já apurado pelo Mdic.

Sob efeito das tarifas, as exportações de produtos brasileiros para os EUA somaram US\$ 37, 7 bilhões, ante US\$ 40, 36 bilhões em 2024. Em contrapartida, os EUA foram a terceira principal origem das importações brasileiras, o que levou a um déficit comercial de US\$ 7, 5 bilhões, muito maior do que os US\$ 284 milhões do ano anterior.

“Em grande medida, (esse resultado) é explicado pela demanda brasileira, especialmente de bens de capital”, disse Herlon Brandão, diretor do Departamento de Estatística e Estudos de Comercio Exterior.

Em novembro, Trump anunciou a derrubada de uma tarifa adicional de 40% sobre uma série de produtos brasileiros. Com o decreto, o Mdic calcula que 22% das exportações brasileiras, ou US\$ 8, 9 bilhões, ainda estejam sujeitas às tarifas estabelecidas em julho, incluindo nesse grupo tanto os produtos que pagam apenas a tarifa extra de 40% quanto os que pagam os 40% mais a taxa-base de 10%.

Outros 15% (US\$ 6, 2 bilhões) continuam sujeitos apenas à tarifa de 10%, e 27% (US\$ 10, 9 bilhões), às tarifas da Seção 232. E 36% das exportações estão livres de tarifas adicionais.

CHINA. Em contrapartida, no ano passado, a China continuou sendo o principal destino das vendas brasileiras. Os chineses compraram US\$ 100, 02 bilhões do Brasil, alta de 6% ante os US\$ 94, 37 bilhões em 2024. O superávit com Pequim foi de US\$ 29, 09 bilhões em 2025.

Impulsionadas pelo setor automotivo, as exportações para a Argentina cresceram 31, 4% em 2025, alcançando US\$ 18, 1 bilhões. As vendas para os argentinos avançaram com a melhora econômica do país. Após um duro ajuste no início de mandato de Javier Milei, o país enfrentou uma recessão econômica em 2024, mas retomou o crescimento no ano passado.

Retomada

Vendas de veículos puxaram alta de 31, 4% nas exportações para a Argentina em 2025

Quando se olha para a participação dos países na pauta exportadora, a China chegou a 28,7%, os EUA recuaram para 10,8% e a da Argentina subiu para 5,2% – a maior desde 2018. Na análise da pauta exportadora, os produtos mais vendidos seguiram a tendência dos últimos anos, com soja, petróleo e minério de ferro liderando as exportações.